

Apostados em ser motor do desenvolvimento

Institutos politécnicos com meio século de atraso

Rui Castro

Com um atraso de meio século relativamente às necessidades do País, cheio de dificuldades, o ensino politécnico aí está. São muitos, no entanto, os obstáculos que ainda terá de vencer para a sua definitiva institucionalização, desde, por exemplo, a falta de enraizamento deste tipo de ensino até à inexistência de estruturas de apoio. De qualquer modo, os seis institutos em funcionamento, com uma população estudantil da ordem dos 1300 alunos, procuram começar a suprir uma das mais gritantes lacunas do sistema de ensino — a ausência de formação de quadros técnicos intermédios — e do próprio desenvolvimento do País. «DN Economia» tentou um levantamento da situação particular e global.

O ensino politécnico não se limita a colmatar esta grave lacuna do nosso sistema de ensino, que constitui importante grão de areia a emperrear a máquina do nosso desenvolvimento. A sua finalidade é, com efeito, mais ampla, já que se encontram inscritos entre os seus objectivos a contribuição para o desenvolvimento socioeconómico da região em que as escolas se inserem e o apoio à respectiva comunidade. E há já sinais de que estes desideratos poderão, em breve, vir a ser alcançados, não só através da prestação de serviços dos institutos às populações como pela

chegada ao mercado de trabalho das primeiras levas de alunos formados, uma vez concluídos os seus cursos que, com a duração de três anos, lhes conferem o grau de bacharel.

Será, aliás, a prossecução destes objectivos que permite compreender o facto de em cinco dos institutos sediados em meios do interior do País, ou, pelo menos, eminentemente rurais, predominar o ensino no domínio agrícola. Nalguns casos — Beja, Castelo Branco e Coimbra — este tipo de ensino esgota-se mesmo na área agrícola, o

que, se, por um lado, resulta da localização dos institutos, por outro, significa o reconhecimento, ao nível oficial, da necessidade de «dotar a agricultura de técnicos capazes de fazerem face aos desafios da integração na CEE», um dos objectivos dos cursos ministrados na Escola Superior Agrária de Beja, na opinião de Pinto Ganhão, presidente da sua comissão instaladora.

Neste enquadramento, também não custa aceitar que, em regiões em que a actividade agrícola surge com uma importância relativa mais atenuada, o ensino técnico se diversifique, coexistindo escolas agrárias com outras de gestão ou de tecnologia industrial — diversidade que caracteriza o Instituto Politécnico de Santarém —, assistindo-se, mesmo, no caso de Faro, ao desaparecimento das primeiras, cedendo o seu lugar a uma Escola Superior de Tecnologia e Gestão.

Cursos «encaixam» nos objectivos

«Estamos convencidos de que os cursos que ministramos são os que mais rapidamente poderão contribuir para o desenvolvimento socioeconómico e cultural da região.» Foi com este argumento que Pinto Ganhão justificou a existência dos cursos de produção agrícola e produção animal na escola que dirige, inaugurada em Novembro do ano passado e actualmente com 42 alunos, que esgotam o seu número de aulas. Mas foi igualmente esta a explicação que nos foi dada, de Trás-os-Montes ao Algarve, para os diversos cursos

que cada instituto politécnico oferece. Abrindo as suas portas em Outubro último, a Escola Superior Agrária de Bragança coloca a disposição dos cursos, cuja razão de ser encontra na mesma linha orientadora de todo o ensino politécnico. Aí funciona, com efeito, um curso de gestão da empresa agrícola, porque há «necessidade de dotar de certa capacidade de gestão a nossa agricultura», pois caso contrário ela «não aguenta o embate da CEE quando acabarem as protecções», referiu ao DN Dionísio Gonçalves, membro da comissão instaladora. O facto de o «património de solos se encontrar ameaçado por más práticas agrícolas, impondo-se a melhoria da capacidade produtiva através de investimentos em engenharia agrícola», esteve, por seu turno, na base da opção pelo curso de melhoramentos rurais.

Os exemplos repetem-se de Castelo Branco (com cursos de produção agrícola, produção animal e produção florestal) a Santarém (produção agrícola, produção animal e tecnologia das indústrias agro-alimentares), passando por Coimbra (produção agrícola e produção animal). Estas são, aliás, as escolas agrárias que se encontram há mais tempo em funcionamento, dispondo do maior número de alunos — cerca de 900 no conjunto das três — e das quais já saíram os primeiros formados. Acresce que em Santarém e Coimbra a escolha dos cursos teve também em conta as estruturas existentes, já que os actuais estabelecimentos de ensino são os herdeiros das antigas escolas de regentes agrícolas.

Saindo da área agrícola, o panorama não se altera. No mais diversificado — pela gama de cursos que oferece — instituto politécnico do País, o de Santarém, funcionam ainda, a par da Escola Superior Agrária, escolas de gestão e de tecnologia, esta sediada em Tomar. A formação inicial em gestão de empresas é o objectivo da primeira, que tem a particularidade de estar a desenvolver um projecto de apoio à gestão cooperativa, justificado por Irene Veloso, da respectiva comissão instaladora, pelo «elevado número de cooperativas da região» e pelo «importante papel que podem desempenhar no seu processo de desenvolvimento». Porque Tomar é uma zona onde se encontram instaladas algumas fábricas de papel, porque é também um centro de empresas de construção civil e porque qualquer zona comercial e industrial necessita de gestores, a escola aí em funcionamento oferece os cursos de tecnologia de celulose e papel, construção

civil e gestão de empresas. Em Faro, por seu turno, e dentro da mesma lógica, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, que, conjuntamente com a Escola Superior de Educação, constitui o instituto politécnico da cidade, ministra os cursos de construção civil, equipamentos térmicos e gestão.

Dificuldades as mais diversas

A ocupação de instalações provisórias representa, na maior parte das escolas, o seu principal problema, surgindo como grande obstáculo à abertura do leque de cursos oferecidos e entrave à admissão de um maior número de

alunos. A questão é particularmente candente nas escolas agrícolas, impedidas neste momento de implementar alguns dos cursos previstos, nomeadamente aqueles em que é maior a incidência laboratorial.

A expectativa generalizada é, no entanto, a de que estas dificuldades venham a ser resolvidas num prazo mais ou menos curto, embora nalguns casos nunca inferior a dois anos, espaço de tempo mínimo para entrega dos edifícios que estão em construção em Bragança, Castelo Branco e Coimbra. Na Escola Superior de Gestão de Santarém a situação será mesmo de ruptura no início do próximo ano lectivo, caso não se verifique a sua mudança para as instalações actualmente ocupadas pela escola preparatória.

Mas o rol de problemas e dificuldades dos estabelecimentos de ensino técnico não ficam por aqui. A falta de terrenos nas escolas agrícolas constitui constante dor de cabeça para os responsáveis de algumas delas, encontrando-se aqui e ali soluções mais ou menos bem sucedidas. No Nordeste transmontano a solução de recurso consistiu no aluguer de uma quinta privada, pertencente a uma fundação, que cederá a sua exploração à escola de Bragança para actividades de investigação científica. No Alentejo, bem se pode dizer que saiu a sorte grande à escola agrária de Beja, a quem a Universidade de Évora cedeu recentemente cerca de 300 hectares de área para ensino e para campos de experimentação, para além de também a edilidade local parecer disposta a ceder uma pequena parcela de terra, situada na zona periférica da cidade, dotada com infra-estruturas e algum terreno para cultura.

Sempre o dinheiro

A tradicional falta de meios financeiros que nos caracteriza enquanto país também se faz sentir no ensino politécnico, sendo quase unânime a opinião de que as verbas atribuídas às diversas escolas são exíguas face às suas necessidades — apenas Dionísio Gonçalves se mostrou satisfeito com a falta orçamental com que foi contemplada a Escola Superior Agrária de Bragança.

Mais que a falta de verbas, para Irene Veloso o principal obstáculo ao normal funcionamento da sua escola reside no não descongelamento de vagas para docentes e pessoal administrativo

e auxiliar. A situação não é única, e Pinto de Andrade, da escola agrária de Castelo Branco alerta para «a dificuldade na fixação de professores no interior, onde não há aliciantes, o alojamento é difícil e não há facilidades para a aquisição de residência própria».

Se aos estabelecimentos de ensino se lhes depara todo este conjunto de obstáculos ao seu normal funcionamento, também para os alunos não é fácil a frequência do ensino politécnico. Que dizer, com efeito, do facto dos estudantes não beneficiarem, até hoje, das facilidades dos Serviços Sociais, não existindo cantinas e residência para os alimentar e albergar. E o problema não é de somenos importância, se se pensar que há alunos de Trás-os-Montes em Beja e Castelo Branco, tendo a escola beira também exercido atracção sobre o longínquo Algarve. A questão parece estar em vias de solução, de acordo com Pinto de Andrade, mas não deixa de parecer pouco razoável que o próprio Ministério da Educação não enquadre os estudantes do ensino técnico oficial no âmbito da acção social escolar.

Apesar de todos estes condicionamentos, o ensino politécnico parece ter pés para andar. Projectos, pelo menos,

não faltam a todos os responsáveis pelas diversas escolas, que procuram alargar o leque dos cursos que oferecem, aguardando a necessária autorização ministerial. Ao mesmo tempo, é com satisfação que vêem partir os primeiros alunos por si formados, apesar de nem sempre ser fácil a estes encontrar emprego, pelo menos em organismos oficiais, pois queixou-se nos Dias Pereira, da comissão instaladora da Escola Superior Agrária de Coimbra estão bloqueadas as vagas nas direcções regionais da agricultura, ainda que nem todos os concelhos disponham de um técnico agrícola, como seria desejável.

Cada objectivo alcançado é assim uma pequena batalha que se ganha e um passo mais no fortalecimento do ensino politécnico. Dul o contentamento com que Pinto Ganhão salientou ao DN a conquista que a nova lei de bases do sistema educativo veio consagrar, ao permitir que a Escola Superior Agrária de Beja possa conferir o grau de licenciado, através de um curso de especialização posterior à conclusão do bacharelato. «Trata-se, de facto, de um importante passo no enraizamento do ensino técnico, ao permitir aos bacharéis a continuidade na carreira», sustenta aquele responsável.

Política educativa

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31